



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO FINANCEIRA

DANIELA GOMES DA SILVA
ERVENTON NASCIMENTO SABINO DE ALMEIDA
FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL DE PEQUENOS NEGÓCIOS NA CIDADE DE IGUATU – CE.

IGUATU
2026

DANIELA GOMES DA SILVA
ERVENTON NASCIMENTO SABINO DE ALMEIDA
FRANCISCO FERREIRA DE SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL DE PEQUENOS NEGÓCIOS NA CIDADE DE IGUATU – CE.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Tecnologia em
Gestão Financeira do Centro de Ciências
Sociais Aplicadas da Universidade Federal
do Cariri, como requisito obrigatório para
obtenção do título de Tecnólogo em Gestão
Financeira.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Leal

IGUATU

2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

S586p Silva, Daniela Gomes da.

Políticas públicas para o desenvolvimento econômico sustentável de pequenos negócios na cidade de Iguatu –CE. / Daniela Gomes da Silva; Erventon Nascimento Sabino de Almeida; Francisco Ferreira de Souza. - 2026.

26 f. il.: color. 30 cm.

(Inclui bibliografia, p.24-26).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Educação a Distância, Curso de Tecnologia em Gestão Financeira, Juazeiro do Norte, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Leal.

1.Políticas Públicas. 2.Pequenos Negócios 3.Desenvolvimento Econômico Sustentável. 4. Gestão Pública Local. I. Almeida, Erventon Nascimento Sabino de. II. Souza, Francisco Ferreira de. III. Leal, Paulo Henrique - orientador. IV. Título.

CDD 351.7

Bibliotecária: Maria Eliziana Pereira de Sousa – CRB 15/564

RESUMO

Esta pesquisa¹ tem como objetivo avaliar o papel das políticas públicas no desenvolvimento econômico sustentável dos pequenos negócios no município de Iguatu – CE. Partindo do reconhecimento da importância das micro e pequenas empresas (MPEs) para a economia local, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com uso de levantamento documental, entrevistas e análise de conteúdo. O estudo visa identificar as principais políticas públicas existentes, os desafios enfrentados para sua implementação e a percepção dos empreendedores locais sobre seus efeitos. Espera-se que os resultados ofereçam subsídios práticos para a formulação de políticas públicas mais eficazes, alinhadas à realidade do território e capazes de fortalecer o ecossistema empreendedor local. A investigação também busca contribuir para a produção acadêmica sobre o tema, especialmente no contexto de municípios do interior nordestino.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Pequenos Negócios; Desenvolvimento Econômico Sustentável; Gestão Pública Local; Iguatu.

¹Este trabalho contou com o apoio de ferramentas de inteligência artificial, utilizadas exclusivamente para revisão linguística, sugestões de estrutura e clareza textual, sem interferência no conteúdo ou nas ideias autorais.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALI	Agente Local de Inovação
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
MEI	Micro Empreendedor Individual
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Tema	8
1.2	Lacuna	9
1.3	Objetivo Geral	9
1.4	Objetivos específicos	10
1.5	Justificativa	10
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: Limites Estruturais e Contradições em Iguatu.....	12
2.2	Sustentabilidade e Inovação nas MPes: Desafios para a Periferia do Desenvolvimento	13
3	METODOLOGIA	15
3.1	Abordagem Qualitativa.....	15
3.2	Técnicas de Coleta de Dados.....	15
3.3	Análise de Dados	16
3.4	Considerações Éticas	16
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	17
4.1	Perfil dos empreendedores e estrutura dos negócios	17
4.2	Conhecimento e acesso às políticas públicas	19
4.3	Participação em programas e capacitações.....	20
4.4	Percepções, desafios e propostas de melhoria	20
4.4.1	Principais desafios identificados	21
4.4.2	Demandas por políticas públicas	21
4.5	Síntese analítica	21
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o fortalecimento dos pequenos negócios tem se tornado um eixo estratégico para o desenvolvimento econômico sustentável em cidades do interior dos estados brasileiros. As Micros e Pequenas (MPEs) representam mais de 99% das empresas formais e são responsáveis por mais de 55% dos empregos com carteira assinada no setor privado e são fundamentais na geração de renda, inclusão social e dinamização das economias locais (Otto & Vieira, 2020; Silva et al., 2023).

Durante a pandemia da covid-19, a vulnerabilidade dessas MPEs se intensificou. Apesar das políticas emergenciais criadas, como linhas de crédito e prorrogação de tributos, muitas empresas não conseguiram acesso aos programas federais, devido a barreiras burocráticas e exigências excessivas (Polastrini et al., 2023). Essa limitação reforça a necessidade de políticas mais eficazes, acessíveis e ajustadas à realidade dos territórios, especialmente nos municípios do interior.

Medeiros et al. (2020) aponta que iniciativas como o Programa ALI (Agentes Locais de Inovação) são eficazes na promoção da sustentabilidade e inovação em MPEs, quando territorializadas e integradas a agentes locais. Da mesma forma, Santos et al. (2021) evidenciam o poder das compras públicas como instrumento de desenvolvimento local, ao fortalecer arranjos produtivos e gerar oportunidades para os pequenos negócios.

Otto e Vieira (2020) reforçam que, embora o Brasil tenha avançado na estrutura legal para os pequenos negócios, com a criação de programas como o MEI, Simples Nacional e Inova Simples, ainda são necessárias ações mais integradas, com foco na execução e monitoramento nos municípios. A falta de planejamento e a baixa capacidade técnica local comprometem a efetividade das políticas.

1.1 Tema

No município de Iguatu, no Centro-Sul do Ceará, com uma população estimada em mais de 103 mil habitantes (IBGE, 2022), os pequenos negócios ocupam papel essencial na economia, principalmente nos setores de comércio, serviços e agricultura irrigada. No entanto, observa-se a inexistência de políticas públicas locais estruturadas para fomentar o empreendedorismo e reduzir a informalidade. Lima et al. (2019) afirma que a ausência de

conselhos municipais de desenvolvimento econômico é um fator que contribui para a desarticulação das ações públicas voltadas ao setor.

1.2 Lacuna

Diante disso, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: quais políticas públicas têm contribuído, ou poderiam contribuir, para o desenvolvimento econômico sustentável dos pequenos negócios na cidade de Iguatu - CE, e quais são os principais desafios para sua efetiva implementação no contexto local?

Essa problemática ganha ainda mais relevância quando observamos o cenário socioeconômico de Iguatu. Com uma população estimada em cerca de 103 mil habitantes (IBGE, 2022) e um PIB per capita de R\$ 18.380,39, o município apresenta uma economia em que os pequenos negócios desempenham papel fundamental na geração de renda e emprego. Dos 6.834 empreendimentos ativos, mais de 83% são microempresas, com destaque para os 2.860 Microempreendedores Individuais (MEIs), o que demonstra uma forte vocação empreendedora local. Em 2024, o saldo de empregos formais foi positivo, com 441 novas contratações, refletindo o impacto dos pequenos e médios negócios no dinamismo econômico local.

Iniciativas como a adesão de Iguatu ao programa Cidade Empreendedora, do Sebrae, e a apresentação do Estudo de Viabilidade do Porto Seco, que visa melhorar a logística regional, apontam caminhos promissores. No entanto, desafios estruturais ainda persistem, como a limitação no acesso a crédito, a necessidade de capacitação dos empreendedores e a deficiência na infraestrutura logística, pontos críticos para a efetividade de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável do empreendedorismo local.

Nesse contexto, torna-se essencial investigar quais políticas públicas estão sendo implementadas, quais têm potencial de contribuição e quais barreiras precisam ser superadas para garantir que o ambiente de negócios em Iguatu seja, de fato, propício ao crescimento sustentável dos pequenos empreendimentos.

1.3 Objetivo Geral

Avaliar o papel das políticas públicas no desenvolvimento econômico sustentável dos pequenos negócios em Iguatu - CE.

1.4 Objetivos específicos

- (i) Identificar as principais políticas públicas existentes voltadas aos pequenos negócios no contexto local.
- (ii) Analisar os desafios enfrentados na implementação dessas políticas em Iguatu;
- (iii) Investigar a percepção dos empreendedores locais sobre o impacto dessas ações;
- (iv) Apontar caminhos para fortalecer o ecossistema empreendedor de forma sustentável no município.

1.5 Justificativa

A justificativa deste estudo reside na escassez de pesquisas voltadas a municípios do interior nordestino, especialmente Iguatu, que analisem de forma crítica e aprofundada a atuação do poder público no fomento aos pequenos negócios. Embora a literatura reconheça a importância das micro e pequenas empresas (MPEs) para a geração de emprego, renda e dinamismo econômico local, conforme apontam Otto e Vieira (2020) e Silva et al. (2023), grande parte dos estudos concentra-se em análises mais amplas ou em contextos urbanos, não contemplando as especificidades territoriais de municípios do interior.

Além disso, pesquisas recentes evidenciam que a implementação de políticas públicas no Brasil enfrenta desafios relacionados à burocracia, à baixa capacidade institucional e à dificuldade de acesso por parte dos empreendedores, especialmente em regiões periféricas (CAVALCANTE; PIRES, 2020; LOTTA et al., 2020). Polastrini et al. (2023) reforçam essa problemática ao demonstrar que, mesmo diante de políticas emergenciais, muitos pequenos negócios não conseguiram acessar os programas de apoio, evidenciando a existência de barreiras estruturais.

Nesse contexto, identifica-se uma lacuna relevante na literatura no que se refere a estudos empíricos que analisem a efetividade das políticas públicas em nível local, especialmente no município de Iguatu–CE. Assim, o presente estudo se diferencia ao investigar, a partir da percepção dos empreendedores locais, os impactos, limitações e desafios das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos pequenos negócios, contribuindo para uma compreensão mais situada e contextualizada da realidade.

Ademais, esta pesquisa também reflete um interesse pessoal e profissional da autora, que é graduada em Empreendedorismo e graduanda em Gestão Financeira, áreas que proporcionam base teórica e prática para a análise de iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável. Ao analisar a realidade de Iguatu, busca-se contribuir não apenas com

a produção acadêmica, mas também com subsídios práticos para a formulação de estratégias públicas mais eficazes, alinhadas às necessidades locais e capazes de fortalecer a economia de forma estruturada e duradoura.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A presente revisão parte da premissa de que o desenvolvimento econômico sustentável de municípios do interior, como Iguatu-CE, demanda não apenas a existência de políticas públicas, mas também sua efetiva implementação, alinhada às especificidades territoriais e à realidade das micro e pequenas empresas (MPEs). O contexto socioeconômico de Iguatu, marcado por uma economia baseada no comércio, serviços e agricultura irrigada, revela a importância estratégica das MPEs para a geração de emprego e renda. Contudo, apesar da relevância, persistem obstáculos estruturais, como a informalidade, a baixa qualificação empresarial e a escassez de apoio institucional.

Diante disso, a revisão da literatura estrutura-se em dois eixos centrais: (1) os limites e contradições das políticas públicas de desenvolvimento local, com foco na governança, capacidade institucional e planejamento estratégico; e (2) os desafios para a sustentabilidade e inovação nas MPEs, com ênfase nas especificidades de contextos periféricos. A articulação entre esses eixos visa compreender como as políticas públicas influenciam – ou deixam de influenciar – a capacidade das MPEs de inovar, crescer e gerar impactos sociais e econômicos duradouros.

Essa abordagem busca superar análises prescritivas e idealizadas, promovendo uma leitura crítica da realidade local e considerando as disputas, falhas e potencialidades que permeiam a atuação estatal e o cotidiano empresarial. Assim, o referencial dialoga com autores clássicos e contemporâneos, combinando teoria e prática para lançar luz sobre os caminhos possíveis para o fortalecimento de um ecossistema empreendedor sustentável em Iguatu.

2.1 Políticas Públicas e Desenvolvimento Local: Limites Estruturais e Contradições em Iguatu

As políticas públicas para o desenvolvimento econômico local são instrumentos essenciais para a promoção da inclusão produtiva e da sustentabilidade territorial. No entanto, sua eficácia depende de fatores como capacidade institucional, planejamento estratégico, continuidade administrativa e articulação entre os níveis de governo. Em cidades do interior, como Iguatu, esses elementos encontram-se frequentemente comprometidos, o que limita a efetividade das ações públicas (LOTTA; FAVARETO, 2021; CAVALCANTE; PIRES, 2020).

Nesse sentido, estudos recentes apontam que a fragilidade da capacidade estatal nos municípios, associada à baixa coordenação institucional e à descontinuidade das políticas públicas, compromete a implementação de estratégias de desenvolvimento local, especialmente em contextos periféricos (ABRUCIO; GAETANI, 2020; IPEA, 2022).

Segundo Lotta et al. (2020), a implementação de políticas públicas no Brasil sofre com a fragilidade das capacidades estatais nos municípios, refletindo-se em uma gestão reativa, descontinuada e burocratizada. Essa realidade se manifesta em Iguatu pela ausência de conselhos municipais de desenvolvimento econômico e pela fragilidade dos mecanismos de participação cidadã. Souza (2018) reforça que a coordenação horizontal entre secretarias e vertical entre entes federativos é crucial para a efetividade das ações públicas.

A análise crítica das políticas públicas requer compreender seus limites e contradições. Maricato (2014) alerta que muitas vezes essas políticas são formuladas sob lógicas idealizadas, desconsiderando conflitos distributivos e disputas políticas locais. Em Iguatu, por exemplo, iniciativas como o Programa Cidade Empreendedora, apesar de promissoras, carecem de institucionalização e integração com outras políticas estruturais, como apoio ao cooperativismo, logística e acesso a crédito.

Além disso, a escassez de dados locais atualizados e de diagnósticos territoriais limita a formulação de estratégias públicas eficazes. Como destaca Ribeiro (2021), o planejamento territorial baseado em evidências é condição para o desenvolvimento inclusivo e sustentável. A falta de monitoramento e avaliação também contribui para a ineficácia de programas que, muitas vezes, tornam-se apenas iniciativas pontuais e desarticuladas.

2.2 Sustentabilidade e Inovação nas MPes: Desafios para a Periferia do Desenvolvimento

As micro e pequenas empresas (MPes) constituem o eixo estruturante da economia local de Iguatu. Contudo, sua sustentabilidade e capacidade de inovação são impactadas por condições estruturais adversas. Segundo Lastres e Cassiolato (2019), a inovação no contexto das pequenas empresas brasileiras precisa ser compreendida como um processo social, baseado em interações, aprendizagem e apoio institucional.

O SEBRAE (2023) reconhece que programas como o ALI (Agentes Locais de Inovação)

são instrumentos valiosos, mas sua efetividade depende de sinergias locais. Em Iguatu, a escassez de centros de pesquisa, a baixa articulação entre setores e a ausência de políticas públicas voltadas à inovação dificultam a perenidade das MPEs.

Segundo Silva et al. (2023), o conceito de sustentabilidade nas MPEs deve incluir não apenas aspectos ambientais, mas também financeiros e sociais. Em contextos periféricos, a sobrevivência da empresa já é um desafio, e políticas que incentivem práticas sustentáveis precisam estar alinhadas à realidade do empresariado local. O uso de tecnologias sociais, reaproveitamento de recursos e educação empreendedora são estratégias viáveis.

A literatura recente, como os estudos de Britto e Schapiro (2020), reforça que é necessário pensar modelos de apoio à inovação que ultrapassem os padrões dos grandes centros. Isso significa apoiar pequenas redes produtivas locais, investir em formação técnica e criar ambientes regulatórios favoráveis à experimentação econômica.

Quadro 01 – Modelo Analítico: Inter-relações entre Políticas Públicas, MPEs, Sustentabilidade e Inovação em Iguatu

Elemento Central	Variáveis – Chave	Desafios Identificados	Possibilidades de ação
Políticas Públicas	Planejamento Estratégico, capacidade técnica, participação social	Descontinuidade administrativa, falta de conselhos municipais, escassez de recursos	Fortalecimento Institucional, criação de mecanismos de participação, articulação entre níveis de governo.
MPEs	Acesso a crédito, capacitação técnica, formalização	Falta de informação, ausência de incentivos, resistência à mudança	Simplificação de processos, incentivos fiscais, programas de capacitação
Sustentabilidade	Práticas ambientais, responsabilidade social, eficiência energética	Falta de informação, ausência de incentivos, resistência à mudança	Campanhas de conscientização, linhas de crédito verdes, certificações sustentáveis
Inovação	Adoção de tecnologias, desenvolvimento de novos produtos, processos inovadores	Falta de apoio técnico, acesso ilimitado a tecnologias, cultura empresarial conservadora	Programa de apoio à inovação, parcerias com instituições de pesquisa, incubadoras de empresas

Fonte: elaboração própria, 2025.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com o intuito de avaliar o papel das políticas públicas no desenvolvimento econômico sustentável dos pequenos negócios em Iguatu-CE. Essa abordagem se justifica pela necessidade de compreender em profundidade as percepções, experiências e significados atribuídos pelos atores envolvidos no ecossistema local, permitindo uma análise contextualizada e interpretativa da realidade.

3.1 Abordagem Qualitativa

A pesquisa qualitativa é adequada para investigar fenômenos sociais complexos e compreender os sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas práticas. Segundo Minayo (2014), essa abordagem permite "captar o mundo do significado das ações humanas e suas relações com o contexto social". No presente estudo, ela se mostra pertinente para captar as visões de gestores públicos, representantes de entidades e empreendedores sobre a atuação das políticas públicas locais.

3.2 Técnicas de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado na plataforma Google Forms, composto por questões abertas e fechadas, elaborado com base em um roteiro semiestruturado. As questões fechadas permitiram a caracterização do perfil dos participantes e a identificação de padrões nas respostas, enquanto as questões abertas possibilitaram a exploração das percepções, experiências e opiniões dos empreendedores em relação às políticas públicas. Essa combinação contribuiu para uma análise mais abrangente e aprofundada do fenômeno investigado.

Participaram da pesquisa 32 empreendedores locais, número definido com base no critério de saturação teórica, ou seja, quando as respostas passaram a apresentar padrões recorrentes e pouca variação relevante.

Critérios de seleção dos participantes:

Como critérios de inclusão, foram considerados: ser empreendedor formalizado como Microempreendedor Individual (MEI), Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte

(EPP); possuir Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ativo; atuar no município de Iguatu–CE há pelo menos 12 meses; e estar inserido em setores relevantes da economia local, como comércio e serviços.

3.3 Análise de Dados

Os dados foram analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que permite uma interpretação sistemática e objetiva das informações obtidas. De acordo com Gil (2019), essa técnica é adequada para o tratamento de dados qualitativos, possibilitando a identificação de categorias e padrões de análise.

A análise seguiu três etapas: pré-análise, com leitura inicial das respostas; exploração do material, com codificação e categorização; e tratamento e interpretação dos resultados, à luz dos objetivos da pesquisa.

Foram utilizadas categorias dedutivas, baseadas nos objetivos do estudo, e categorias indutivas, emergentes das respostas dos participantes.

3.4 Considerações Éticas

No que se refere aos aspectos éticos, a pesquisa respeitou os princípios aplicáveis a estudos com seres humanos. Os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa no próprio formulário, sendo garantida a livre participação por meio de uma questão específica de consentimento, na qual o respondente deveria concordar voluntariamente em participar do estudo. Foram assegurados o anonimato dos participantes, a confidencialidade das informações e o uso exclusivo dos dados para fins acadêmicos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

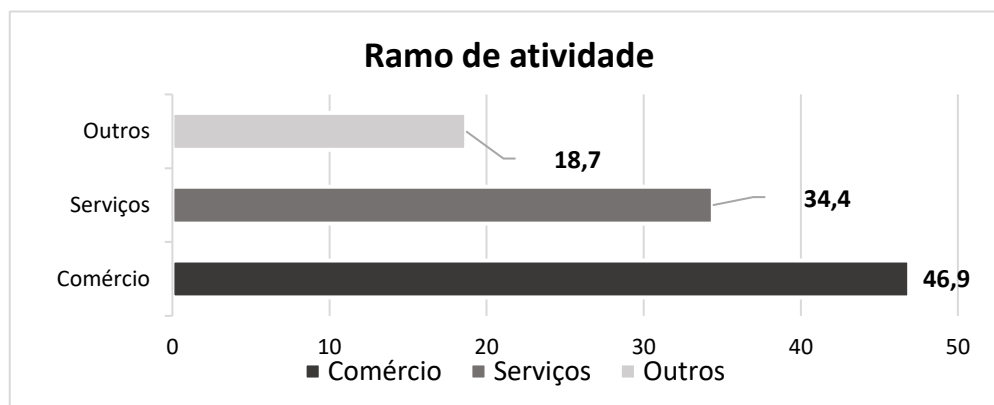
A presente seção tem como finalidade analisar e discutir os dados obtidos por meio da aplicação de questionário estruturado junto a empreendedores do município de Iguatu–CE. A pesquisa contou com 32 respondentes e foi composta por 18 questões, organizadas em quatro eixos analíticos: (i) perfil dos empreendedores; (ii) conhecimento e acesso às políticas públicas; (iii) participação em programas de apoio; e (iv) percepções, desafios e propostas de melhoria.

A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio de estatística descritiva, enquanto as respostas abertas foram examinadas à luz da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, permitindo a categorização temática e interpretação dos discursos.

4.1 Perfil dos empreendedores e estrutura dos negócios

O primeiro eixo, composto por cinco questões, permitiu identificar o perfil dos empreendedores.

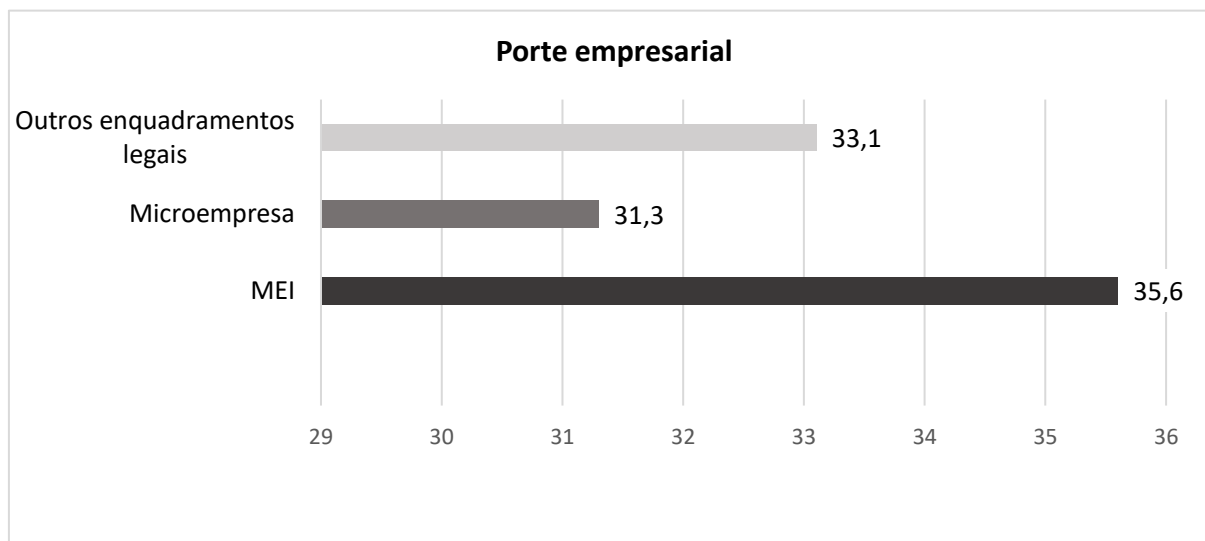
Gráfico 1 – Ramo de atividade dos empreendimentos pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Conforme apresentado no Gráfico 1, observa-se a predominância dos setores de comércio (46,9%) e serviços (34,4%), indicando que os empreendimentos analisados estão majoritariamente inseridos em segmentos de baixa barreira de entrada e elevada competitividade.

Gráfico 2 – Porte empresarial dos empreendimentos pesquisados



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Conforme apresentado no Gráfico 2, observa-se a predominância de microempreendedores individuais (MEI) (35,6%), seguidos pelas categorias classificadas como “outros” (33,1%) e microempresas (31,3%) .

Esse resultado evidencia a forte presença de negócios de pequeno porte na amostra investigada, reforçando o papel central dos microempreendimentos na dinâmica econômica local. Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, os pequenos negócios representam a maior parte das empresas no país e desempenham papel fundamental na geração de emprego e renda (SEBRAE, 2024).

Além disso, a predominância de estruturas empresariais reduzidas está associada a limitações em termos de capacidade produtiva, acesso a crédito e expansão dos negócios, características frequentemente observadas no contexto dos pequenos empreendimentos no Brasil (OECD, 2023; IPEA, 2022).

Esse perfil está alinhado com a estrutura econômica brasileira, na qual os pequenos negócios exercem papel central. Segundo o SEBRAE (2024), os pequenos negócios representam aproximadamente 99% das empresas do país e são responsáveis por mais de 50% dos empregos formais no setor privado.

Além disso, dados do IBGE (2023) apontam que os setores de comércio e serviços concentram a maior parte dos empreendimentos ativos, especialmente em municípios de médio porte.

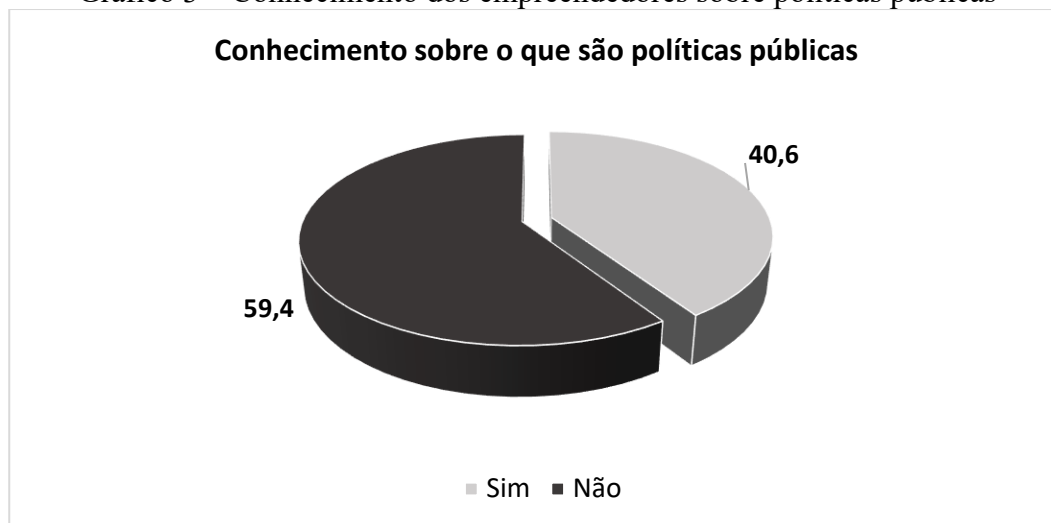
Sob a perspectiva do desenvolvimento econômico, estudos recentes destacam que pequenos negócios são fundamentais para a dinamização das economias locais, mas enfrentam

limitações estruturais relacionadas à gestão, acesso a crédito e inovação (OECD, 2023).

Dessa forma, os dados evidenciam que os empreendedores analisados estão inseridos em um contexto de forte dependência de políticas públicas para seu fortalecimento.

4.2 Conhecimento e acesso às políticas públicas

Gráfico 3 – Conhecimento dos empreendedores sobre políticas públicas



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Conforme apresentado no Gráfico 3, observa-se que 59,4% dos respondentes não conhecem políticas públicas de apoio aos pequenos negócios .

Esse resultado evidencia uma lacuna significativa entre a existência dessas políticas e sua efetiva disseminação junto ao público-alvo, comprometendo sua capacidade de alcance e impacto.

De acordo com estudos recentes sobre políticas públicas no Brasil, a baixa difusão de informações configura-se como um dos principais entraves à efetividade das ações governamentais, sobretudo em regiões afastadas dos grandes centros urbanos (IPEA, 2022). Além disso, a comunicação institucional é frequentemente apontada como um dos pontos mais frágeis no processo de implementação de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo (SANTOS; ROCHA, 2021).

Nesse contexto, a literatura contemporânea destaca que a efetividade das políticas públicas não depende apenas de sua formulação, mas também da capacidade de alcançar seu público-alvo de maneira clara, acessível e contínua (SECCHI; COELHO; PIRES, 2020).

Os dados qualitativos da pesquisa indicam que, entre os respondentes que demonstraram algum nível de conhecimento, há maior familiaridade com programas vinculados ao SEBRAE,

linhas de crédito bancário e iniciativas de capacitação. Contudo, esse conhecimento apresenta-se de forma fragmentada e limitada.

Dessa forma, os resultados sugerem que o principal desafio não reside na ausência de políticas públicas, mas na fragilidade dos mecanismos de divulgação, acesso e aproximação com os empreendedores, o que compromete sua efetividade no contexto local.

4.3 Participação em programas e capacitações

Os dados apontam que 68,8% dos empreendedores nunca acessaram programas de apoio, embora parte deles reconheça sua importância.

Esse cenário evidencia um descompasso entre a oferta de políticas públicas e sua utilização prática.

Segundo a OECD (2023), a baixa adesão a programas de apoio empresarial está frequentemente associada à burocracia, à complexidade dos processos e à falta de engajamento dos beneficiários.

Além disso, estudos recentes mostram que empreendedores de pequenos negócios tendem a não acessar políticas públicas devido à falta de tempo, desconhecimento ou dificuldade de compreensão dos requisitos (SEBRAE, 2023).

Por outro lado, os respondentes que participaram de programas relataram benefícios significativos, como melhoria na gestão, aumento do conhecimento e ampliação de redes de contato.

Esses resultados corroboram pesquisas que demonstram que programas de capacitação têm impacto positivo no desempenho empresarial, especialmente quando há acompanhamento contínuo (WORLD BANK, 2022).

Portanto, verifica-se que o desafio não está apenas na criação de políticas, mas na promoção de acesso efetivo e simplificado.

4.4 Percepções, desafios e propostas de melhoria

Os dados mostram que 65,6% dos respondentes acreditam que as políticas públicas ajudam os pequenos negócios.

Esse resultado demonstra que, mesmo diante de limitações de acesso, há reconhecimento do papel das políticas públicas no desenvolvimento econômico.

De acordo com estudos recentes do IPEA (2022), políticas públicas voltadas ao empreendedorismo são fundamentais para reduzir desigualdades regionais e promover inclusão produtiva.

4.4.1 Principais desafios identificados

A análise qualitativa revelou como principais desafios:

- carga tributária elevada;
- dificuldade de acesso a crédito;
- instabilidade econômica;
- concorrência;
- limitações de gestão;
- escassez de mão de obra qualificada.

Esses achados estão em consonância com relatórios recentes do SEBRAE (2024), que apontam esses fatores como os principais entraves ao crescimento dos pequenos negócios no Brasil. Além disso, o Banco Mundial (2022) destaca que ambientes com alta burocracia e dificuldade de acesso a crédito tendem a limitar o desenvolvimento empresarial.

4.4.2 Demandas por políticas públicas

As principais sugestões apresentadas foram:

- menos burocracia (71,9%);
- maior acesso ao crédito (65,6%);
- mais capacitações (43,8%);
- incentivos fiscais (37,5%)

Esses resultados reforçam que os empreendedores demandam melhorias estruturais no ambiente de negócios. Segundo estudos recentes, a simplificação regulatória e o acesso ao crédito são fatores determinantes para o crescimento de pequenos negócios (OECD, 2023; IPEA, 2022).

4.5 Síntese analítica

A análise integrada dos dados permite identificar padrões consistentes que evidenciam limitações estruturais na relação entre políticas públicas e pequenos negócios no contexto local.

Em primeiro lugar, observa-se um baixo nível de conhecimento sobre políticas públicas por parte dos empreendedores, o que compromete diretamente sua efetividade. Esse resultado reforça a compreensão de que a existência de políticas públicas, por si só, não garante sua eficácia, sendo indispensável a presença de mecanismos eficientes de disseminação e comunicação institucional. Nesse sentido, estudos recentes apontam que falhas na divulgação e no acesso à informação constituem barreiras recorrentes à implementação de políticas públicas no Brasil (IPEA, 2022; SANTOS; ROCHA, 2021).

Além disso, os dados revelam um descompasso entre a oferta de políticas públicas e sua efetiva utilização, evidenciado pelo baixo índice de participação dos empreendedores em programas de apoio. Esse fenômeno sugere a presença de obstáculos institucionais, como burocracia, complexidade de acesso e baixa capilaridade das ações governamentais. De acordo com a OECD (2023), a baixa adesão a políticas públicas voltadas a pequenos negócios está frequentemente associada à dificuldade de acesso e à inadequação das políticas às realidades locais.

Outro aspecto relevante diz respeito ao fato de que, mesmo com baixo acesso, os empreendedores reconhecem a importância das políticas públicas, o que indica um potencial latente de impacto positivo. Esse resultado evidencia que o problema não reside na legitimidade das políticas, mas na sua operacionalização. Conforme destaca o Banco Mundial (2022), políticas públicas são mais eficazes quando combinam desenho institucional adequado com estratégias de implementação acessíveis e centradas no usuário.

Adicionalmente, os principais desafios apontados pelos respondentes — como carga tributária elevada, dificuldade de acesso ao crédito e burocracia — reforçam a ideia de que o ambiente de negócios brasileiro ainda apresenta entraves estruturais significativos. Esses achados são consistentes com análises recentes que indicam que a complexidade regulatória e as restrições financeiras são fatores determinantes para a limitação do crescimento dos pequenos negócios (SEBRAE, 2024; OECD, 2023).

Nesse contexto, as demandas por redução da burocracia, ampliação do acesso ao crédito e oferta de capacitações evidenciam a necessidade de políticas públicas mais integradas e orientadas às necessidades reais dos empreendedores. Segundo o IPEA (2022), a simplificação institucional e o fortalecimento de políticas de apoio ao empreendedorismo são elementos centrais para o desenvolvimento econômico local e a inclusão produtiva.

Dessa forma, a análise permite concluir que a efetividade das políticas públicas voltadas aos pequenos negócios depende de três fatores fundamentais:

- Capacidade de disseminação e acesso à informação;
- Redução de barreiras institucionais e burocráticas;
- Adequação das políticas às especificidades do contexto local.

Essa interpretação está alinhada com a literatura contemporânea, que enfatiza a importância de políticas públicas orientadas por evidências e centradas no usuário como condição essencial para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável (WORLD BANK, 2022; OECD, 2023).

Por fim, destaca-se que os resultados obtidos, embora circunscritos ao município de Iguatu–CE, apresentam convergência com tendências observadas em nível nacional e internacional, o que reforça sua relevância analítica e contribui para o avanço das discussões sobre políticas públicas e desenvolvimento de pequenos negócios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto das políticas públicas no desenvolvimento econômico sustentável dos pequenos negócios no município de Iguatu–CE, a partir da percepção de empreendedores locais.

Os resultados evidenciaram que, embora os pequenos negócios desempenhem papel relevante na dinâmica econômica e social, persistem limitações significativas relacionadas ao acesso e à efetividade das políticas públicas voltadas a esse segmento. Nesse sentido, destaca-se que o empreendedorismo, especialmente em contextos locais, está diretamente associado à geração de renda e à redução das desigualdades regionais, conforme apontam estudos recentes sobre desenvolvimento territorial (BARROS; PEREIRA, 2021).

Verificou-se que uma parcela expressiva dos empreendedores não possui conhecimento sobre políticas públicas de apoio, o que revela uma lacuna entre a formulação dessas políticas e sua efetiva disseminação. Esse resultado reforça a compreensão de que a governança pública ainda enfrenta desafios relacionados à transparência e à comunicação com a sociedade, especialmente no âmbito local (ABRUCIO; GAETANI, 2020).

Ademais, a baixa participação em programas de apoio evidencia a existência de barreiras institucionais e operacionais que dificultam o acesso às políticas públicas. Conforme discutido por Cavalcante e Pires (2020), a implementação de políticas públicas no Brasil ainda apresenta entraves relacionados à burocracia, à fragmentação institucional e à dificuldade de coordenação entre diferentes atores governamentais.

No que se refere aos desafios enfrentados pelos empreendedores, destacam-se fatores como carga tributária elevada, dificuldades de acesso ao crédito e limitações na gestão dos negócios. Esses aspectos estão alinhados com análises que apontam que o ambiente institucional brasileiro ainda impõe obstáculos ao desenvolvimento dos pequenos empreendimentos, especialmente no que diz respeito à complexidade regulatória (MORAIS; OLIVEIRA, 2022).

Por outro lado, observa-se que, mesmo diante dessas limitações, há uma percepção positiva quanto ao papel das políticas públicas como instrumentos de apoio ao empreendedorismo. Esse dado evidencia que existe um potencial significativo de fortalecimento dessas políticas, desde que sejam aprimorados os mecanismos de implementação, acesso e acompanhamento.

Nesse contexto, conclui-se que a efetividade das políticas públicas voltadas aos pequenos negócios depende não apenas de sua formulação, mas, sobretudo, da capacidade de

articulação entre governo e sociedade, da simplificação dos processos administrativos e da adequação das políticas às especificidades locais. Conforme destacam Lotta e Favareto (2021), políticas públicas mais próximas da realidade dos territórios tendem a apresentar maior efetividade e impacto social.

Como contribuição, este estudo reforça a necessidade de fortalecimento das estratégias de comunicação institucional, ampliação do acesso a programas de capacitação e crédito, bem como a promoção de um ambiente mais favorável ao empreendedorismo. Tais medidas são fundamentais para o desenvolvimento econômico sustentável e para a inclusão produtiva em nível local.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a análise sobre a implementação de políticas públicas em contextos municipais, investigando mecanismos que possam ampliar a participação dos empreendedores e fortalecer a relação entre Estado e sociedade, contribuindo para a promoção do desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; GAETANI, Francisco. Governança pública e coordenação federativa no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 2, p. 285-306, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/YhZxFJr5GqF5Qn4zWJ3v5Jq/>.

AMARO, Meiriane Nunes; PAIVA, Silvia Maria Caldeira. A importância das micro e pequenas empresas na economia. **Revista Eletrônica da Faculdade Católica**, [S. l.], 2018.

BARROS, Alexandre Rands; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Empreendedorismo e desenvolvimento econômico local no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 17, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/6155>.

CAVALCANTE, Pedro; PIRES, Roberto Rocha C. **Governança pública e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/200729_governanca_publica.pdf.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**: estimativas da população residente para os municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/empresas/9068-demografia-das-empresas.html>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Iguatu (CE): panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/iguatu/panorama>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Políticas públicas no Brasil**: avaliação e monitoramento. Brasília: Ipea, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br>.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Políticas públicas e gestão urbana: desafios para o desenvolvimento local. **Revista Gestão & Regionalidade**, [S. l.], 2019.

LIMA, Váldeson Amaro; COSTA, Esdras da Silva; PEREIRA, Raquel da Silva. Sustentabilidade e inovação em MPEs. **Revista UACC**, [S. l.], 2020.

LOTTA, Gabriela Spanghero *et al.* **Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: ENAP, 2020.

LOTTA, Gabriela Spanghero; FAVARETO, Arilson. Desigualdades territoriais e implementação de políticas públicas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 1093-1114, 2021.

MARICATO, Ermínia. **Função social da cidade e da propriedade urbana**. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2014.

MEDEIROS, João Alves *et al.* Inovação e sustentabilidade nas pequenas empresas: o programa ALI em foco. **Revista da Unimep**, [S. l.], 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORAIS, José Mauro de; OLIVEIRA, Carla Cristina. Ambiente institucional e desenvolvimento de pequenos negócios no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 2022.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **SME and Entrepreneurship Outlook 2023**. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/industry/smes/>.

OTTO, Ivonete M. C.; VIEIRA, João Carlos. Políticas públicas para pequenos negócios: avanços e desafios. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], 2020.

POLASTRINI, A.; SARAIVA, A. F. S.; SILVA, M. A. R. Políticas públicas direcionadas às micro e pequenas empresas no Brasil durante a pandemia de covid-19. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 100–122, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUATU. **A economia local e o fortalecimento das micro e pequenas empresas**. Iguatu: Prefeitura Municipal, 2024. Disponível em: <https://www.iguatu.ce.gov.br>.

SANTOS, A. L. F. dos; GOMES, G. M.; NASCIMENTO, A. M. Compras públicas e desenvolvimento econômico local: um estudo sobre as MPEs. **Revista Gestão Pública Municipal**, [S. l.], v. 28, p. 67–84, 2021.

SDE-CE – SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO CEARÁ. **Estudo de viabilidade do Porto Seco**. Fortaleza: Governo do Ceará, 2024. Disponível em: <https://www.sde.ce.gov.br>.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Inovação e sustentabilidade para pequenos negócios**. Brasília: Sebrae, 2023.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Participação das micro e pequenas empresas na economia brasileira**. Brasília: Sebrae, 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Relatório de atendimento e impacto das MPEs no Ceará**. Brasília: Sebrae, 2023. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br>.

SILVA, L. P.; RODRIGUES, F. A.; SILVA, M. C. S. As políticas públicas e os pequenos negócios no Brasil: avanços e desafios. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 215–233, 2023.

SOUZA, Celina. **Coordenação de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2018.

WORLD BANK. **World Development Report 2022**: Finance for an equitable recovery. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org>.

SILVA, L. P.; RODRIGUES, F. A.; SILVA, M. C. S. As políticas públicas e os pequenos negócios no Brasil: avanços e desafios. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 215–233, 2023.

SOUZA, Celina. **Coordenação de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2018.

WORLD BANK. **World Development Report 2022**: Finance for an equitable recovery. Washington, DC: World Bank, 2022. Disponível em: <https://www.worldbank.org>.

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), escrito sob minha orientação, está em versão final, de acordo com as solicitações realizadas pela banca examinadora.

Informo também que procedi à revisão final do texto, constatando que atende às especificações das normas da ABNT para apresentação de trabalhos acadêmicos da UFCA, no que diz respeito ao conteúdo e à formatação.

Prof. Dr. Paulo Henrique Leal.

Iguatu, 27 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **PAULO HENRIQUE LEAL**
Data: 28/03/2026 00:13:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>